



Um corpus de Estudos de Gênero: por quê, como e para quê?

A Gender Studies corpus: why, how and for what?

Marina Leivas Waquil

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo / Brasil

marinawaquil@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-1773-5380>

Resumo: Este trabalho apresenta um importante recorte de uma pesquisa que tem como objetivo contribuir com os estudos terminológicos, tradutológicos e sobre corpus ao analisar as unidades que representam e transmitem conhecimento especializado de uma área em crescente evolução acadêmica no Brasil e que discute demandas sociais urgentes, os Estudos de Gênero. Para isso, neste artigo, será exposta a etapa fundamental de qualquer pesquisa com corpus: a definição da área a ser analisada e a compilação de textos com base em critérios confiáveis e que deem conta de representar a área em questão. Assim, o objetivo central deste artigo é mostrar por quê, como e para quê se propôs relacionar a Linguística de Corpus com os Estudos de Gênero a partir de um corpus, apresentando, para tal, um histórico da área selecionada que justifica a análise proposta e sua caracterização como campo especializado. Além disso, destaca-se o referencial teórico que sustenta o trabalho e o corpus de estudo, compilado com base em critérios da Linguística de Corpus e composto pelos dois principais periódicos da área de Estudos de Gênero no Brasil, a *Revista Estudos Feministas* e a *Cadernos Pagu*. Conclui-se defendendo a importância de produzir pesquisas linguísticas e terminológicas que dialoguem com demandas sociais contemporâneas e urgentes.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Linguística de Corpus; Terminologia; *Revista Estudos Feministas*; *Cadernos Pagu*.

Abstract: This work presents an important part of a research that aims to contribute to terminological and translational studies as well as corpus studies, upon analyzing the units that represent and transmit specialized knowledge in a field of soaring academic evolution in Brazil and that discusses urgent social demands, Gender Studies. To do so, this article will expose a fundamental stage of any research regarding corpus: the

definition of the field to be analyzed and the clipping of texts based on reliable criteria that are able to represent such targeted field of study. Accordingly, the main intent of this article is to convey why, how and for what purpose it was proposed to relate Corpus Linguistics with Gender Studies from the compilation of a corpus, introducing therefore a history of the selected field that justifies the analysis proposed and its characterization as a specialized field. In addition, the theoretical references supporting the work and the analyzed corpus stands out, compiled based on the criteria of Corpus Linguistics and composed by the two main journals in the field of Gender Studies in Brazil, the *Revista Estudos Feministas* and *Cadernos Pagu*. In conclusion, it defends the importance of producing linguistic and terminological researches that converse with contemporary and urgent social demands.

Keywords: Gender Studies; Corpus Linguistics; Terminology; *Revista Estudos Feministas*; *Cadernos Pagu*.

Recebido em 08 de setembro de 2020

Aceito em 28 de outubro de 2020

Introdução

A partir do interesse em demonstrar possibilidades de contribuição dos estudos linguísticos e, mais especificamente, da Linguística de Corpus para a discussão de demandas sociais contemporâneas, a autora do presente artigo desenvolve uma pesquisa em andamento na Universidade de São Paulo (USP) em que propõe analisar a terminologia empregada na veiculação de conhecimento do campo de Estudos de Gênero no Brasil, em português, contribuindo para a precisão da comunicação especializada da área e oferecendo um glossário de termos e contextos definitórios como produto-subsídio para tradutores e revisores de textos produzidos com foco nesse campo. Para isso, apoia-se nos princípios teóricos da Terminologia, particularmente da Teoria Comunicativa da Terminologia, que entende os termos como unidades lexicais que adquirem valor especializado em contextos reais de utilização, para identificação, análise e tratamento das unidades terminológicas empregadas na comunicação dos Estudos de Gênero. Conta, também, com a abordagem metodológica oferecida pela Linguística de Corpus, a partir da qual foi compilado um corpus de artigos acadêmicos da área escritos originalmente em português e publicados nos dois principais periódicos de referência em Estudos de Gênero no Brasil, a *Revista Estudos Feministas* (UFSC) e a *Cadernos*

Pagu (Unicamp). Trata-se, portanto, de uma pesquisa interdisciplinar, na medida em que toma como base a linguagem, os princípios teóricos e os critérios aplicados de diferentes campos do conhecimento e busca devolver às disciplinas que os articulam uma contribuição também teórica, a partir da análise e da descrição terminológica, e aplicada, com a proposta de um glossário de termos para tradutores e demais interessados a ser disponibilizado digital e gratuitamente, em sua conclusão, no site do Projeto CoMET.¹

O artigo aqui elaborado é um recorte atualizado da realização dessa pesquisa e busca 1) justificar a importância da estruturação terminológica de um campo especializado para a sua sistematização no meio acadêmico e, também, na sociedade de modo geral; 2) apresentar um corpus de estudo, compilado com o fim de análise e extração terminológica a partir de parâmetros da Linguística de Corpus e com base na importância dessas fontes para o campo de Estudos de Gênero no Brasil; e 3) defender que a análise terminológica com uma conseqüente elaboração de produto terminográfico pode contribuir para a ampliação do acesso ao conhecimento de um campo com reivindicações ainda extremamente atuais.

1 “Por quê?” Estudos de Gênero: breve contexto

Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou o estudo Estatísticas de Gênero,² em que apresentou dados sistematizados relativos a indicadores de gênero, realizado com base no Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG) (Minimum Set of Gender Indicators – MSGI), organizado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) em 2013.

¹ Disponível em: <http://comet.fflch.usp.br/>. Acesso em: 6 set. 2020

² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 6 set. 2020. O estudo é baseado em dados elaborados pelo próprio IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as Projeções da População por Sexo e Idade, as Estatísticas do Registro Civil, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), além de informações de fontes externas, como o Ministério da Saúde, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

Uma análise superficial de seus resultados é suficiente para constatar que o Brasil está longe de ter desmontado a desigualdade de gênero nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade. No país, por exemplo, as mulheres trabalham uma média de três horas por semana a mais do que os homens e, mesmo contando com um nível educacional mais alto, ganham, em média, 76,5% do rendimento deles.

O IBGE (2019), com a apresentação desse estudo e de seus diversos dados, objetiva fornecer “[...] valiosos elementos para a reflexão de estudiosos e formuladores de políticas públicas”. É no contexto dessa reflexão sobre esse e muitos outros dados que se estrutura uma área já consagrada no Brasil, mas em constante evolução: os Estudos de Gênero.

Embora o termo “gênero” tenha sido introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller, em 1963, no contexto de um debate sobre a distinção entre natureza e cultura, sua elaboração, ao longo da segunda metade do século XX, foi feita por pensadoras feministas com o objetivo de questionar e destituir o “[...] procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças”, como afirma Piscitelli (2009, p. 119). Ainda que se tenha informações sobre a organização do movimento feminista já no século XIX, os dados de 2019 do IBGE aqui mencionados demonstram que o objetivo dessas pensadoras feministas mencionadas por Piscitelli (2009) ainda não foi alcançado: seguimos vivendo em uma sociedade que produz desigualdades e violências (físicas, psíquicas e sexuais) em diversas esferas e com base no gênero.

No mundo todo, esses estudos, ainda que se encontrem, atualmente, já muito expandidos e acolham diversos sujeitos, opressões, questionamentos e desigualdades como objeto de estudo, têm uma inegável origem no movimento feminista, que irrompe, no que algumas correntes denominam como uma “primeira onda”, no final do século XIX, reivindicando, para as mulheres, o direito ao voto e o acesso à educação, entre outras demandas. A “segunda onda” viria a partir das décadas de 1950 e 1960, quando as pautas do movimento se modificam e avançam, tendo como impulsos a publicação, a tradução e o conseqüente alcance de diversas obras feministas, que expõem e reivindicam um olhar atento para as questões de gênero. Nesse contexto, surgem novas categorias na reflexão para discussão, e diferentes ferramentas teóricas são produzidas

para explicar as causas originais da subordinação estabelecida, e mantida, pelos homens em relação às mulheres. Assim, conceitos como opressão, patriarcado e relações de poder se estruturam no movimento feminista, e outras noções, como o que é político, são revisadas e redefinidas. Segundo Piscitelli (2009, p. 35), como consequência, passou-se a reexaminar as formas tradicionais pelas quais se explicavam as diversas disciplinas, de modo a encontrar “[...] conceitos apropriados para dar conta da opressão feminina e da realidade das mulheres”.

Em decorrência do desenvolvimento exponencial que vai se realizando no contexto da reflexão e da pesquisa sobre questões de gênero, produz-se uma virada fundamental no pensamento do campo: ao expandir o olhar para a diversidade das experiências, foram se ampliando e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, especificando as categorias de análise, de modo que muitos conceitos passaram a ser questionados. O conceito de gênero³ firmar-se-ia a partir disso, servindo como uma “[...] ferramenta alternativa aos conceitos e categorias considerados problemáticos” (PISCITELLI, 2009, p. 136), e tornar-se-ia central no campo.

Na década de 1980, no entanto, inicia-se uma nova contestação dentro do pensamento feminista em relação ao sujeito político “mulher” criado no movimento: principalmente no contexto da reflexão de feministas negras dos EUA, passa-se a formular críticas à ideia de identidade entre as mulheres e ao apagamento das diferenças entre elas e entre suas experiências, fortemente permeadas por questões raciais, sociais, entre outras. O objetivo é evitar generalizações e situar as opressões em contextos particulares, atravessados por mais questões que apenas a de gênero. Além disso, “[...] as novas leituras sobre gênero se esforçam radicalmente para eliminar qualquer naturalização da noção de diferença sexual” (PISCITELLI, 2009, p. 137) e passam a rejeitar classificações lineares e redutoras, entendendo a necessidade de incluir novos sujeitos não contemplados, ou muito pouco considerados, nas reflexões de até então, conformando uma terceira onda.

Nesse contexto de revisão, destaca-se o trabalho de teóricas como, por exemplo, a filósofa Judith Butler (2004), que traz novas e inovadoras categorias para explicar a importância de evoluir de distinções binomiais,

³ Atribui-se a Gayle Rubin, antropóloga estadunidense, a elaboração e difusão do termo “gênero” a partir de sua proposição de um sistema sexo/gênero e de sua articulação com uma dimensão política.

como mulher/homem, masculino/feminino. Embora mantendo muito da base teórica iniciada no início do século XX, mudam os paradigmas de análise e ampliam-se, conseqüentemente, os sujeitos considerados objetos de discriminação.

Os Estudos de Gênero, em um constante processo de reelaboração, com suas diversas pautas e objetos de reflexão, sistematizam-se em instituições acadêmicas, geralmente no contexto do amplo guarda-chuva das ciências sociais, e passam a produzir e difundir o conhecimento elaborado com base no conceito de gênero, que passou, e segue passando, por uma profunda revisão: inicialmente, é utilizado exclusivamente em referência às desigualdades produzidas na relação entre homens e mulheres em processos de dominação e subordinação e, então, posteriormente, passa a incluir novas distinções e a articulá-las com diferentes categorias.

Assim, nesse contexto, com o objetivo de produzir e difundir o conhecimento elaborado nesse campo, criam-se programas de pós-graduação, núcleos e grupos de pesquisa e são escritos artigos, dissertações e teses tendo como foco temas suscitados pelas questões de gênero. Essa reflexão ganha ênfase na sociedade por meio da movimentação política ampla e contestatória, recebendo impulso na era digital – com sua facilidade de comunicação e de troca –, o que fortalece e atribui importância ao campo teórico que se dedica às questões de gênero.

Esta breve e resumida contextualização histórica não pretende dar conta da forte e evidente complexidade conceitual da área, mas apenas apontar seu caráter de produção e constante revisitação de conceitos, categorias e ferramentas de análise para discutir fenômenos complexos e permeados por muitas variantes, mostrando que as discordâncias dentro da reflexão contribuem, e são produtivas, para a área especializada, enriquecendo-a conceitualmente.

1.1 Os Estudos de Gênero no Brasil

No Brasil, assim como na maior parte do mundo, o início da sistematização da área de Estudos de Gênero está fortemente vinculado ao movimento feminista. No início dos anos 1970, em um contexto político efervescente e complexo, começa a mobilização social de mulheres e sua reivindicação por melhores condições e igualdade em relação aos homens. Segundo Heilborn e Sorj (1999, p. 3), no entanto, no Brasil,

esse movimento, desde sua origem, contou “[...] com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais”. Grossi (2004), nesse sentido, destaca a defesa da tese de livre docência de Heleieth Saffioti, em 1967, na USP, como marco do início dos estudos sobre as mulheres no país.

De acordo com Heilborn e Sorj (1999), alguns anos depois, uma importante mudança terminológica e conceitual vislumbrou-se na consagração do campo em contexto brasileiro: “A partir da década de oitenta, observa-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 4).

Silva, ao destacar a produtiva parceria entre o meio acadêmico e os movimentos sociais, como o feminismo, a partir de convênios, oferecimento de cursos, seminários etc., sublinha que, assim, “[...] a Universidade valida e valoriza as ações promovidas pelas redes, servindo como suporte teórico e, muitas vezes, também, com sua infraestrutura, promovendo uma maior integração entre a sociedade em geral, os movimentos sociais e os cientistas” (SILVA, 2000).

No Brasil, segundo Heilborn e Sorj (1999, p. 3), a institucionalização dos estudos deu-se muito em função do fato de que, desde o início, houve um claro esforço das pensadoras e acadêmicas feministas em integrar-se à “[...] dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais”.

Assim, a área vai se consagrando no espaço acadêmico, formando grupos de trabalho sobre gênero que se fazem presentes em encontros e congressos como os da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), desde a sua origem, e introduzindo em programas de pós-graduação disciplinas focadas nas questões de gênero. A produção da área também passa a contar com o suporte e a divulgação de revistas acadêmicas, produzidas no contexto de programas de pós-graduação de universidades destacadas no país. Além disso, são cada vez mais frequentes os diálogos com pesquisadores e pensadores de diversas partes do mundo, que chegam para contribuir com a formação da reflexão da área no Brasil a partir de traduções, mediadas

para transmitir com precisão e adequação a terminologia e os conceitos produzidos e constantemente revisados.

Costa (2010), nesse sentido, destaca a importância do “tráfico” de teorias feministas através de fronteiras geopolíticas que, se nos separam, são também fundamentais para a consagração do pensamento brasileiro sobre gênero. Para isso, dá o exemplo das feministas latino-americanas e latinas que vivem nos Estados Unidos e que “[...] desenvolvem uma política de tradução que se utiliza de conhecimentos produzidos pelos feminismos latinos, de cor, pós-coloniais no norte das Américas para iluminar análises de teorias, práticas, culturas e políticas no sul e vice-versa” (COSTA, 2010, p. 54). Assim, a tradução é, para este campo, elemento essencial e indispensável:

[...] em termos políticos e teóricos, para a formação de alianças feministas pós-coloniais/pós-ocidentais, já que a América Latina – entendida mais como uma formação cultural trans-fronteira e não como espaço territorialmente delimitado – deve ser vista como translocal. A noção de translocalidade possibilita, por sua vez, a articulação da colonialidade do poder/gênero em várias escalas (locais, nacionais, regionais, globais) com diferentes posições de sujeito (de gênero, sexual, etno-racial, de classe, etc.) constitutivas da identidade (COSTA, 2010, p. 54).

1.2 Estudos de gênero: portanto, área especializada

Se, como afirma Cabré (2001, p. 20), “[s]em terminologia, não se pode fazer ciência”, a consagração dos Estudos de Gênero como disciplina reconhecidamente acadêmica no contexto brasileiro não pode prescindir de seu aspecto terminológico e nem ignorá-lo, já que é com base nele que estrutura seu discurso especializado.

É, inclusive, importante destacar a perspectiva terminológica desse campo, já que “quanto mais estruturada é uma disciplina, maior é o nível de precisão semântica, estabilidade formal e sistematicidade de sua terminologia” (CABRÉ, 2001, p. 30), de modo que as pesquisas sobre o léxico empregado nessa comunicação especializada podem colaborar para a sua estruturação. Nesse sentido, discutindo e defendendo a institucionalização e a sistematização dos Estudos de Gênero no Brasil, Heilborn e Sorj (1999, p. 28) destacam que, “[...] para ganhar posição no campo acadêmico, é necessário demonstrar o valor cognitivo da reflexão

empreendida”, com o que a Terminologia, por meio da análise de unidades fortemente marcadas por seu aspecto (e valor) cognitivo, pode contribuir.

Segundo Morel e Rodríguez (2001), a comunicação especializada difere da geral em função 1) do aspecto semântico global, já que deve veicular um conhecimento próprio de um campo a partir da produção de sentidos; 2) da importância atribuída ao léxico, que deve ser preciso em sua representação e transmissão; 3) e do aspecto formal do discurso, que se estrutura em uma interação entre especialistas de um campo e de acordo com a perspectiva, ou nível de especialização, desses especialistas.

Nesse sentido, os Estudos de Gênero se caracterizam como comunicação especializada que veicula um tema específico, a partir de uma perspectiva cognitiva e que se realiza entre interlocutores – especialistas – do campo e por meio de terminologia, isto é, unidades que, no discurso, representam e transmitem um conhecimento particular de uma área. Além da extensa produção acadêmica, em formato de artigos, dissertações e teses, da organização de eventos acadêmicos para a apresentação e discussão de trabalhos,⁴ há iniciativas incipientes de análise da terminologia do campo.⁵

A afirmação de Minella (2004), em referência à *Revista Estudos Feministas*, periódico que conforma o corpus desta pesquisa e que será apresentado a seguir, destaca, justamente, a complexa questão terminológica e conceitual da linguagem da área de Estudos de Gênero:

Do ponto de vista da conceituação, à primeira vista tem-se a impressão de que existe um certo caos teórico, pois se atribui aos conceitos básicos da área (gênero, por exemplo) múltiplos significados. Simultaneamente observa-se que o termo feminismo tampouco funciona como uma categoria monolítica, aparecendo ora como política, ora como movimento social, ora como teoria, filosofia, etc. Dependendo do ângulo de análise, o gênero é interpretado ora como desdobramento do feminismo, ora como categoria que inclui o feminismo. O feminismo por sua vez, ora aparece como algo que inclui o gênero, ora como categoria que ultrapassa o gênero. Compreende-se que talvez esta multiplicidade de interpretações deva-se, primeiro, ao próprio contexto de instabilidade da produção científica da pós-modernidade, dado o

⁴ Ver: <http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/>. Acesso em: 6 set. 2020.

⁵ Ver, por exemplo: <http://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/didaticos/genero-e-diversidade-sexual-um-glossario>. Acesso em: 6 set. 2020.

rompimento deste contexto com a pretendida identificação entre o real e o racional defendida pela modernidade. Dado ainda o fato de que este contexto admite e até defende, uma certa (des)ordem dos discursos científicos, ou seja, uma certa autonomia dos conceitos e das metodologias em relação às teorias que os engendraram, compreendendo que eles migrem de um lado para o outro, e que entrem desta maneira, numa cadeia intensamente produtora de novas hipóteses e de novas ideias (MINELLA, 2004, p. 231).

Assim, a pesquisa aqui apresentada foi organizada compreendendo como especializado o discurso no campo de Estudos de Gênero produzido por especialistas em português brasileiro e considerando a importância da sistematização terminológica do conhecimento para a estruturação da área e para a sua difusão na sociedade por meio de traduções. O objetivo central estabelecido para tal foi, então, identificar e analisar a terminologia empregada em um corpus de artigos acadêmicos da área de Estudos de Gênero para compilá-la em formato de glossário on-line – composto pelas unidades terminológicas e por contextos definitórios –, contribuindo, dessa forma, para a sistematização da linguagem especializada e como subsídio para o trabalho de tradutores desses textos especializados. A seguir, apresenta-se “como” definimos alcançar o objetivo da presente pesquisa.

2 “Como”: um corpus de Estudos de Gênero

Considerando, como Evers e Finatto (2016, p. 272), com base em autores como Halliday, Sinclair e Gries, que “[...] a única forma segura para se descrever uma língua é através da observação dessa língua em uso, analisando-se registros autênticos em larga escala”, para oferecer uma contribuição à sistematização da linguagem do campo de Estudos de Gênero, entende-se que é imprescindível contar com os princípios, pressupostos e recursos instrumentais da Linguística de Corpus. Essa abordagem metodológica estabelece e oferece princípios para a compilação de corpora, assim como ferramentas, programas e recursos que podem colaborar nas diversas etapas que constituem um trabalho terminológico e terminográfico, como a compilação de textos para formar um corpus, a identificação de unidades terminológicas e fraseológicas e até mesmo a elaboração de enunciados definitórios para essas unidades.

O ponto de partida da Linguística de Corpus se estrutura em levantamentos probabilísticos, estatísticos e quantificáveis de dados

linguísticos, feitos com base em concepções sobre a(s) língua(s) envolvida (s) e seu funcionamento. O aspecto quantitativo é uma das propriedades do léxico e da língua, ou seja, a frequência de utilização é uma característica essencial das palavras que dá informações importantes sobre a língua como um todo. Ao mesmo tempo, não se pode entender o enfoque estatístico e seus resultados como um fim em si mesmo, mas, sim, como uma referência, como um recurso para análises linguísticas/terminológicas (EVERS; FINATTO, 2016). A partir de um corpus e de sua análise, com a extração de dados quantitativos que permitam a observação de padrões de uso linguístico, é possível produzir descrições confiáveis sobre sistematicidades das línguas.

Com as línguas em contextos especializados de comunicação não é diferente, e a abordagem da Linguística de Corpus é recorrentemente utilizada nas pesquisas terminológicas, que, com o objetivo de identificar especificidades relacionadas às mais diversas terminologias, vêm se aproximando mais do processamento de grandes conjuntos textuais (FINATTO, 2004).

A partir dos anos 1990, os estudos terminológicos se reestruturaram e passam por mudanças de paradigmas que têm profundos efeitos em sua prática: entende-se que é fundamental analisar, descrever e compilar os termos *in vivo*, isto é, em contextos reais de comunicação especializada. Nesse sentido, passa a dialogar intimamente com as pesquisas em Linguística de Corpus para observar, com os princípios dessa abordagem, grandes conjuntos de textos e extrair informação linguística/terminológica. A seguir, apresenta-se um breve referencial que guia nossa perspectiva de trabalho na interface Linguística de Corpus e Terminologia.

2.1 Linguística de Corpus e Terminologia

Da necessidade de nomear e caracterizar as coisas, os processos e as atividades, os quais derivam da produção e da aquisição de novo conhecimento, o léxico das línguas se forma e se renova. É em função justamente dessa necessidade que o léxico não é um inventário de palavras fechado, fixo: o conhecimento humano nas mais diversas áreas está em constante movimento, mutação, evolução, revisão e, portanto, a necessidade de incorporar novos signos, ou de revisar os já existentes, é um processo espontâneo, orgânico e, sobretudo, frequente. Porque configura e permite representar a realidade extralinguística é que o léxico é parte fundamental dos estudos linguísticos. O léxico que caracteriza os

Estudos de Gênero não foge a isso: o próprio termo central, “gênero”, é um dos mais complexos da reflexão e, ao longo do tempo, esteve, e segue estando, sujeito a constantes revisitações conceituais.

É nesse contexto, tomando o léxico como objeto de estudo central, que se organiza e estrutura a Terminologia, que também se concentra na comunicação humana por meio de signos linguísticos, mas no contexto de áreas especializadas. Embora sua sistematização teórica tenha se realizado, inicialmente, com objetivos prescritivos, normativos e de univocidade comunicacional, centrada exclusivamente no conceito, a partir dos anos 1990, com profundas mudanças de paradigmas, a teoria terminológica expandiu seus campos de análise e consagrou seu caráter interdisciplinar, incorporando conceitos e subsídios das ciências cognitivas, comunicativas e linguísticas.

Desde os anos 1990, então, principalmente devido ao impulso dado pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), as pesquisas terminológicas têm, em sua base, a reflexão lexical e buscam analisar, compilar e descrever unidades que, quando utilizadas em contextos especializados de comunicação, adquirem um valor especializado, representando e transmitindo esse conhecimento. Cai, portanto, a barreira que separava rigidamente as línguas de especialidade das línguas naturais e, conseqüentemente, a que se interpunha entre termo e palavra. Assim, elementos como uso e contexto passam a ter relevância fundamental na análise terminológica.

A TCT surge para questionar a falta de preocupação da reflexão terminológica com questões como estrutura morfossintática, contexto comunicativo, tradução de textos especializados, entre outros. Com uma perspectiva mais dinâmica e flexível, passa a entender e analisar a terminologia como parte de um sistema comunicativo natural, em que o termo, sua unidade central de análise, é uma unidade lexical cujo valor é ativado no discurso e de acordo com o consenso.

Assim, os termos são entendidos como unidades léxicas, multidimensionais, poliédricas, denominativas e conceituais que desempenham uma dupla função: representação e transmissão do conhecimento (CABRÉ, 1999), compreensão que forma a base desta pesquisa. Trata-se de uma associação de forma e conteúdo, formada por um conjunto de traços em um nó cognitivo de uma estrutura conceitual dada sempre em um contexto especializado. Esse conteúdo nunca é absoluto: varia de acordo com o âmbito e a situação de uso.

Outra contribuição da TCT e da qual não podemos prescindir mais atualmente é a de que os termos, como unidades das línguas, estão sujeitos aos mecanismos léxicos de criação e formação de palavras dessas línguas. Consequentemente, estão associados a características gramaticais e pragmáticas, que devem ser consideradas em qualquer análise terminológica.

Além disso, é importante destacar que os termos se conectam entre si por diferentes tipos de relações e, por isso, devem ser observados em fontes reais, como textos especializados. Assim, os textos têm papel fundamental na análise, na reflexão e no trabalho terminológico que passa a ser realizado a partir dos anos 1990, já que são considerados o hábitat natural em que ocorrem os termos e outras unidades de significação transmissoras de conhecimento, como as fraseologias, por exemplo. É por isso, portanto, que a interface com a Linguística de Corpus começou não apenas a ser frequente, mas se tornou a base da pesquisa terminológica, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para a análise e para a descrição dos objetos de estudo da Terminologia.

Atualmente, a proposta de um olhar sobre a terminologia empregada em um campo do conhecimento raramente pode prescindir da observação de corpus, já que é inegável que todo dado terminológico deve advir de uma fonte real, autêntica.

A mencionada mudança no paradigma teórico da Terminologia, a partir dos anos 1990, trouxe diversas consequências também para a prática terminológica/terminográfica, já que os textos, sendo então considerados o berço das unidades terminológicas, passaram a ser ainda mais o objeto de identificação, análise e compilação dessas unidades. Consequentemente, iniciou-se uma íntima aproximação dos estudos terminológicos com a Linguística de Corpus e suas ferramentas de extração de informação linguística.

Neste trabalho, entende-se corpus como “[...] bancos de textos de linguagem autêntica, criteriosamente construídos, destinados a pesquisa e legíveis por computador” (TAGNIN, 2015a, p. 20) e considera-se que a metodologia com base em corpus, isto é, que obtém “[...] todos os seus dados de um corpus especializado compilado para esse fim específico”, é essencial para a produção de “[...] glossários que correspondam às necessidades dos tradutores” (TAGNIN, 2015b, p. 375, tradução nossa).

Assim, Terminologia e Linguística de Corpus compartilham seus objetos de estudo, texto e léxico, e, portanto, servem à pesquisa

terminológica em questão, cujos objetos também são os mesmos. Não pretendendo dar conta de toda a linguagem que representa e veicula o conhecimento produzido no campo de Estudos de Gênero, a pesquisa a partir da qual se estrutura este trabalho busca mostrar uma perspectiva dessa linguagem a partir das unidades terminológicas que essa área apresenta em língua portuguesa brasileira, contribuindo, portanto, para a adequação e para a precisão da comunicação da área, oferecendo um esforço de sistematização terminológica que seja útil para seus pesquisadores e que sirva de referência para a tradução de textos do campo na fase de confirmação e validação de equivalentes terminológicos. O objetivo, com isso, é mostrar especificidades lexicais do discurso da área, com foco nas unidades terminológicas que representam e transmitem seu conhecimento.

Para a compilação dessas unidades, toma-se como base os pressupostos terminográficos que estão de acordo com a TCT e que têm como foco o princípio da adequação (CABRÉ, 1999), a partir do qual a metodologia é aplicada a partir da adoção de uma estratégia que varia em cada trabalho de acordo com a temática, os objetivos, o contexto, os recursos à disposição, os elementos envolvidos, entre outros. É, portanto, uma metodologia que se adapta às circunstâncias de cada pesquisa, mas sem contradizer os princípios da teoria (WAQUIL, 2017). Porém, há princípios-chave que conformam a TCT e que devem ser considerados na realização do trabalho terminográfico alinhado a essa teoria, como, por exemplo (CABRÉ, 1999):

- a. as unidades terminológicas devem ser consideradas a partir de seu caráter poliédrico, que afeta tanto a denominação quanto o conceito;
- b. discordâncias podem ser identificadas na forma como os (diferentes) grupos especializados conceituam a realidade, que pode ser percebida a partir de perspectivas diferentes;
- c. a variação também afeta o conceito e a denominação, que, além disso, está sujeita aos fenômenos da língua geral;
- d. as unidades terminológicas podem apresentar polissemia: as denominações podem ser total ou parcialmente coincidentes com unidades de outras áreas especializadas;
- e. um termo pertence sempre a uma língua e, por isso, responde a todas as regras de formação e funcionamento da mesma;

- f. o valor de um termo é determinado por sua presença em um campo específico do conhecimento;
- g. o método é necessariamente descritivo e se baseia na coleta de unidades reais utilizadas pelos especialistas de uma área em diferentes situações de comunicação.

2.2 Um corpus de Estudos de Gênero

Para Berber Sardinha (2000), existem quatro pré-requisitos básicos para a compilação de um corpus:

- a) Autenticidade I (do conteúdo): os textos que compõem um corpus devem ser autênticos, tendo sido escritos em linguagem natural e sem que tenham sido criados com o propósito de serem objetos de estudo de pesquisa linguística.
- b) Autenticidade II (autores nativos): com exceção de alguns casos, como o exemplo dos corpora de aprendizes, os textos selecionados para a compilação de um corpus devem ter sido escritos por falantes nativos da língua na qual estão escritos.
- c) Seleção criteriosa: os textos para a formação de um corpus devem ser escolhidos de forma que este tenha alguma característica (por exemplo, um gênero textual específico ou produtores específicos, como aprendizes de língua), a partir de regras especificadas pelo(s) pesquisador(es).
- d) Representatividade: critério relativo em função da dificuldade em identificar elementos objetivos para defini-lo, esse pré-requisito deve servir para que o corpus seja representativo de uma língua, variedade, campo especializado etc. A extensão do corpus também deve ser significativa e, embora não se tenha definido números exatos, costuma-se considerar que, quanto maior o número de palavras e de textos, melhor para a pesquisa em corpus.

Além disso, em termos lexicográficos e terminográficos, não se considera mais a possibilidade de compilar e elaborar produtos como dicionários ou glossários sem o suporte da Linguística de Corpus, já que os corpora tanto subsidiam as decisões de um projeto quanto se constituem como a própria matéria a partir da qual são extraídas informações, relações, propriedades e as próprias unidades que compõem

tal projeto. Dessa forma, para o objetivo de produzir um glossário de termos de Estudos de Gênero, também se considera imprescindível o apoio da Linguística de Corpus.

Se, como princípio, na Linguística de Corpus, entendemos que “[...] é preciso ir dos fatos às teorizações” (EVERS; FINATTO, 2016, p. 272), o primeiro passo, após estabelecida a área objeto de estudo desta pesquisa, foi compilar “fatos”, isto é, registros reais da comunicação de especialistas de Estudos de Gênero, para, então, em uma próxima fase, teorizar a partir dos achados nesses “fatos”, que, aqui, entendemos como contextos, na forma de artigos, em que o conhecimento é desenvolvido, publicado e divulgado, estruturando-se, para isso, em unidades que representam e veiculam esse conhecimento, os termos.

Assim, com base em pesquisa e em referencial teórico (COSTA, 2004; DINIZ; FOLTRAN, 2004; FACCHINI, 2017; MALUF, 2008; PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003) que discute a produção do campo no Brasil, para compilar um corpus segundo os critérios da Linguística de Corpus, buscou-se o subsídio da produção científica da área de Estudos de Gênero no Brasil, em que se destacam duas publicações fundamentais na área e que contribuem para a divulgação do conhecimento produzido no campo e no contexto acadêmico: a *Revista Estudos Feministas* (REF) e a *Cadernos Pagu*.⁶

Considerando que, “[...] para corpora especializados, a coleta de dados contextuais sobre o contexto a partir do qual os textos ou discursos foram coletados pode ser essencial, já que muitas vezes não é possível dar sentido a esse discurso especializado sem algum conhecimento prévio” (KOESTER, 2010, p. 67, tradução nossa) e que “[...] tais informações contextuais são extremamente valiosas: muitas vezes são essenciais para a interpretação dos dados e podem ser utilizadas na análise qualitativa dos resultados do corpus” (KOESTER, 2010, p. 72, tradução nossa), a seguir, apresenta-se o histórico e a descrição desses dois periódicos selecionados para a realização da pesquisa aqui em questão.

2.3 Corpus REF/PAGU

No Brasil, a produção no contexto acadêmico sobre gênero se desenvolveu com intensidade, a partir do aumento do ritmo do surgimento de

⁶ Ambas as publicações contam com comitê e conselho editorial e tem Qualis A1 no sistema de avaliação de periódicos da CAPES.

cursos e de núcleos de pesquisa voltados para essa temática, o que, segundo Costa (2004), indicava a possibilidade de um significativo potencial de demanda por espaços de publicação. Nesse contexto, no começo dos anos 1990, surgem, com um ano de diferença, o que viriam a ser os dois mais reconhecidos periódicos da área de Estudos de Gênero, a *Revista Estudos Feministas* (doravante REF) (1992) e a *Cadernos Pagu* (1993).

A REF, reconhecidamente uma das mais importantes publicações do campo de Estudos de Gênero no Brasil e na América Latina, foi criada em 1992, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde foi editada até 1998, quando foi transferida para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo Diniz e Foltran (2004, p. 245), a REF surge “[...] como parte de uma estratégia deliberada para fortalecer os estudos feministas e de gênero no Brasil” e é idealizada em 1990, em um “[...] seminário histórico que reuniu feministas e acadêmicas em uma cidade do interior do estado de São Paulo”, em que se “[...] decidiu pela oferta de cursos itinerantes para fortalecer os estudos de gênero nas universidades”. A REF, nesse contexto, é proposta como um instrumento de difusão das pesquisas produzidas na área e como veículo de formação e educação política. Minella (2004, p. 224), nesse sentido, destaca que “[...] o surgimento da Revista resulta de um longo processo de maturação epistemológica e política, intensificado nos anos oitenta no Brasil em torno da questão feminina, como reflexo do debate internacional e da expansão das lutas e movimentos feministas”.

Um grande e importante impulso à publicação foi o apoio financeiro da Fundação Ford, que permitiu, entre outros, a internacionalização da REF: “[...] por um lado, traduziram-se artigos chave para o debate feminista e de gênero internacional, e, por outro, artigos nacionais foram também traduzidos para a língua inglesa, tendo havido inclusive um número especial neste idioma como forma de promover e divulgar a REF” (DINIZ; FOLTRAN, 2004). A seção de artigos avulsos da REF, considerada “a mais criteriosa e de maior notoriedade da revista” (DINIZ; FOLTRAN, 2004), inclui os textos traduzidos de idiomas como inglês e francês, enquanto os em espanhol são mantidos nessa língua.

A descontinuidade do apoio financeiro da Fundação Ford, com a conseqüente indisponibilidade da UFRJ, que dependia desses recursos para seguir mantendo a revista, acabaria levando a REF para a UFSC, mas sem interferência na qualidade da produção e da publicação, já que sempre foi um preceito da revista ser uma publicação nacional, não se

restringindo a um núcleo de pesquisadoras ou pesquisadores de uma única universidade (GROSSI, 2004). Assim:

É graças a este lugar que a REF já tinha ao chegar em Florianópolis que mantivemos os critérios de excelência como a periodicidade, o rigor d@s pareceristas, a rapidez na avaliação dos artigos submetidos, a busca de traduções de textos fundamentais para a formação d@s estudantes de graduação, o empenho em entrevistar expoentes da teoria feminista internacional (GROSSI, 2004, p. 215).

Segundo Grossi (2004), a REF, além disso, sempre se preocupou com a questão formal, aliada ao conteúdo, com o objetivo de destacar-se e tornar-se uma revista de ponta na área, o que é também evidente na diagramação diferenciada da publicação. Além disso, baseia-se em uma “política de democratização do acesso à produção científica e acadêmica” (MALUF, 2008, p. 123), com o que, por exemplo, é editada eletronicamente na “SciELO Social Science, um portal ligado à SciELO, mas que, buscando implementar uma política de tradução e visibilidade internacional da produção científica e acadêmica brasileira, disponibiliza os artigos em inglês” (MALUF, 2008, p. 125).

A *Cadernos Pagu*, por sua vez, surge na Unicamp, segundo Piscitelli, Beleli e Lopes (2003, p. 243), em um contexto em que os Estudos de Gênero já tinham se estabelecido no Brasil e já contavam com certa legitimidade acadêmica, mas sua intenção era “[...] ampliar o espaço já existente, difundindo e estimulando a produção de conhecimento na área”, incluindo, nisso, a diversificação das temáticas apresentadas. Segundo as autoras, a criação da *Cadernos Pagu* se estabeleceu após “[...] mais de dois anos de leituras, pesquisas e debates, nos quais integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu mapeavam os avanços na produção sobre gênero e seus impasses”. Com o tempo, o periódico foi se estruturando e contando com a colaboração de pesquisadores estrangeiros. No quinto número, a publicação também começou a receber financiamento externo, o que contribuiu para o seu crescimento tanto em termos de qualidade gráfica e quantidade de textos em cada edição, mas também no que se refere a questões como conselho e normas editoriais e ao registro em diversos indexadores nacionais e internacionais (PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003).

Assim, foi-se organizando com a preocupação de incentivar, em contexto brasileiro, a reflexão e a produção no campo de gênero, mas sempre

a partir da perspectiva de diversidade temática, em que se entende que é possível o diálogo com essa questão nos mais variados recortes temáticos. Nesse sentido, assim como a REF, a *Cadernos Pagu* sempre buscou diálogo com a comunidade internacional por meio da publicação de traduções de textos sobre gênero que são referência no mundo, com o objetivo de, com isso, “[...] promover a leitura crítica da produção internacional” (PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003, p. 243), sempre acompanhada de produção nacional (que constitui 85% da publicação), e colaborar para o desenvolvimento de mais e novos conhecimentos no campo.

Apesar do enfoque e do seu contexto acadêmico, segundo as autoras, a publicação *Cadernos Pagu* também atinge e contribui com outros leitores, situados em organizações governamentais, não governamentais e em movimentos sociais variados.

Regina Facchini (2017) destaca que a *Cadernos Pagu* se renova constantemente, acompanhando o desenvolvimento do campo no país e no mundo e desempenhando fundamental papel. Segundo a autora, a publicação é um importante legado e patrimônio da comunidade científica engajada nos estudos feministas e de gênero no país, insistindo na produção com diversidade regional e disciplinar, o que também caracteriza o corpo de revisores, editores e tradutores que colaboram com a publicação.

Com periodicidade quadrimestral desde 2016, a *Cadernos Pagu* reforça, como mencionado, desde seu surgimento, a importância do diálogo com a comunidade estrangeira com uma política de tradução e publicação de textos-chave do campo, de modo a possibilitar “[...] não só a difusão de conhecimento, mas uma leitura crítica da produção internacional, contribuindo para a formação de jovens pesquisadores” (FACCHINI, 2017).

Desde 2014, a *Cadernos Pagu* vem sendo publicada exclusivamente em formato digital, on-line, seguindo uma tendência cada vez mais comum e que faz “[...] com que os artigos se consolidem como unidades na rápida circulação do conhecimento por meio da internet” (FACCHINI, 2017), alcançando novos e diferentes leitores.

Essas duas publicações, como vemos, não apenas foram firmadas por um contexto propício para seu surgimento e sucesso, mas, também, da mesma forma, ajudaram enormemente a firmar o campo de Estudos de Gênero no Brasil. Referindo-se à REF, Minella (2004, p. 224), por exemplo, destaca que a publicação atuou mantendo “[...] uma

relação peculiar com o campo dos estudos feministas e das relações de gênero, atuando no sentido de modificá-lo e sendo simultaneamente metamorfoseada por ele”.

QUADRO 1 – Comparativo REF e *Cadernos Pagu*

| | REF | <i>Cadernos Pagu</i> |
|--|---|--|
| Ano de criação | 1992 | 1993 |
| Projeto gráfico | Inovador – impulso do apoio financeiro da Fundação Ford | Ascetismo formal |
| Filiação | Pretende ser um periódico não diretamente institucional (instituiu-se na UFRJ e se transfere para a UFSC) | Revista de um núcleo universitário (Unicamp) |
| Objetivo/ descrição | “A <i>Revista Estudos Feministas</i> (REF) tem como foco as questões de gênero e feminismos, que podem ser tanto relativos a uma determinada disciplina quanto interdisciplinares em sua metodologia, teorização e bibliografia. A cobertura temática contribui para o estudo das questões de gênero, sendo provenientes de diversas disciplinas: sociologia, antropologia, história, literatura, estudos culturais, ciência política, medicina, psicologia, teoria feminista, semiótica, demografia, comunicação, psicanálise, entre outras”. (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, s.d.). | “ <i>Cadernos Pagu</i> , publicação quadrimestral interdisciplinar, tem como objetivo contribuir para a ampliação e o fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero, dando visibilidade à produção realizada no Brasil e promovendo o intercâmbio de conhecimento internacional sobre a problemática. Publica artigos inéditos com contribuições científicas originais, que colaborem para a inovação teórica, metodológica e/ou agreguem conhecimento empírico inovador, e debates em torno de textos teóricos relevantes no campo dos estudos de gênero, viabilizando, assim, a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional” (CADERNOS PAGU, s.d.). |
| Número de artigos | Total de textos: 1050 Textos escritos originalmente em português: 829 Artigos em língua estrangeira ou tradução: 231 Resenhas: 286 | Total de textos: 641 Textos escritos originalmente em português: 541 Artigos em língua estrangeira ou tradução: 140 Resenhas: 138 |
| Ambas contam com comitê e conselho editorial e tem Qualis A1 no sistema de avaliação de periódicos da CAPES. | | |
| Ambas estão disponíveis na Scientific Electronic Library Online (SciELO) | | |

Fonte: Elaborado pela autora com base em Costa (2004).

A compilação desse corpus (nomeado REF/PAGU) se deu com base nos mencionados critérios apresentados por Berber Sardinha (2000) e sua análise inicial foi realizada com os princípios discutidos em Tagnin (2013), com o desenvolvimento dos seguintes passos:

1. Os textos⁷ foram extraídos de suas páginas web, salvos em pastas correspondentes e nomeados para sua identificação posterior em outras etapas da pesquisa (PAGU_1; REF_1; etc.).
2. Em formato .pdf, os textos foram convertidos por um leitor de OCR (optical character recognition), a ferramenta on-line Convertio, para o formato .txt. Nesta etapa, em função da impossibilidade de leitura de OCR de material com formatação com baixa resolução (caso dos artigos mais antigos), foi necessário excluir textos inicialmente previstos como componentes do corpus. Chegou-se, assim, a um total de 688 artigos extraídos, convertidos e limpos – 380 da REF e 288 da *Cadernos Pagu*. Segundo a tipologia de Berber Sardinha (2000), podemos caracterizar o corpus compilado da seguinte forma:
 - modo: escrito. Todos os textos que compõem o corpus são escritos;
 - tempo: diacrônico. Os textos selecionados foram produzidos nas últimas três décadas;
 - seleção: de amostragem e estático. O corpus foi compilado e planejado para ser entendido como uma amostra finita da linguagem do campo de Estudos de Gênero. É, também na tipologia de Berber Sardinha, estático, em oposição a dinâmico;
 - conteúdo: especializado. Todos os textos se inserem no contexto de publicações do campo de Estudos de Gênero, estando compostos pela linguagem que o caracteriza. É também monolíngue, já que foram todos escritos em língua portuguesa do Brasil;
 - autoria: de língua nativa. Os textos foram escritos por falantes nativos do português brasileiro;
 - finalidade: de estudo. O corpus em si é o objeto de estudo, análise e extração – terminológica.

⁷ Foram compilados apenas os textos das seções de artigos científicos para que, na próxima etapa da pesquisa, seja possível analisar a terminologia em empregada nesse gênero textual especificamente.

3. Após a conversão para .txt, os textos passaram por um processo de limpeza manual, em que foram apagados trechos que emitiriam ruído na análise e que não eram de interesse para o alcance dos objetivos propostos.
4. Com o corpus organizado, foi feita sua inserção na ferramenta de análise e extração linguística AntConc.⁸

Embora a análise terminológica ainda esteja em fase de realização, alguns importantes e significativos dados já foram observados. De acordo com o AntConc, há 2.848.938 tokens e 105.233 types. Entendendo que se trata de um número alto e suficiente para uma profunda análise terminológica, considera-se que, “[...] mais importante que tamanho do corpus em si é o quão bem ele foi planejado e se é representativo” (KOESTER, 2010, p. 67), ou seja, o corpus deve ser projetado de forma que seja adequado para a proposta da pesquisa. Nesse sentido, se a compilação de um corpus depende do que se quer investigar, acredita-se que o corpus PAGU/REF,⁹ pelo histórico e pela descrição aqui apresentados é um corpus representativo da área de Estudos de Gênero, que, no Brasil, como vimos, estruturou-se, em grande medida, justamente em função dessas duas publicações.

⁸ Programa gratuito de ferramentas de análise de corpus para análise de texto criado pelo Prof. Lawrence Anthony, da Universidade Waseda, no Japão.

⁹ Cabe ressaltar que, no Brasil, outras publicações especializadas na área de Estudos de Gênero vêm se estruturando em distintos centros universitários, produzindo e divulgando conhecimento, como a REF e a Cadernos Pagu. Nesse sentido, destacam-se periódicos como “Caderno Espaço Feminino” (Qualis B2), publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia; “Gênero” (Qualis B3), periódico de circulação nacional, iniciativa do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero e que, atualmente, está vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense; e a Revista Ártemis (Qualis B2), periódico semestral, interdisciplinar, vinculada aos Programas de Pós Graduação em Sociologia e Letras da Universidade Federal da Paraíba. Considerando como critérios Qualis segundo o sistema da CAPES, tempo de publicação e reconhecimento na área de Estudos de Gênero, para a presente pesquisa, optou-se pela extração apenas de textos da REF e da Pagu, embora não se descarte, como perspectiva futura, a ampliação do corpus considerando os periódicos aqui mencionados.

Na extração terminológica inicial feita como teste do corpus, dados bastante interessantes confirmam uma expectativa inicial da pesquisadora a respeito dos termos cuja frequências se destacaria. Nas primeiras posições, destacam-se *types* como *mulheres*, *homens*, *gênero*, *corpo*, *sexual*, *poder*, *feminino*, termos expressivos da comunicação do campo de Estudos de Gênero e cujo caráter especializado será confirmado com análise contextual.

QUADRO 2 – Corpus REF/PAGU: 25 primeiras posições na Wordlist do Antconc

| Posição | Frequência | Palavra |
|---------|------------|-----------|
| 1 | 25749 | mulheres |
| 2 | 12973 | mulher |
| 3 | 8823 | trabalho |
| 4 | 8522 | homens |
| 5 | 7762 | ela |
| 6 | 7575 | social |
| 7 | 7387 | forma |
| 8 | 7075 | gênero |
| 9 | 6725 | vida |
| 10 | 6377 | anos |
| 11 | 6028 | sociais |
| 12 | 5776 | corpo |
| 13 | 5394 | ele |
| 14 | 5162 | sexual |
| 15 | 4840 | parte |
| 16 | 4824 | outro |
| 17 | 4728 | brasil |
| 18 | 4422 | poder |
| 19 | 4309 | feminino |
| 20 | 4294 | tempo |
| 21 | 4288 | homem |
| 22 | 4279 | sexo |
| 23 | 4156 | peessoas |
| 24 | 3965 | elas |
| 25 | 3868 | sociedade |

Fonte: Elaborado pela autora.

O termo “mulher”, que ocupa a primeira e a segunda posição da lista de palavras mais frequentes do corpus REF/PAGU aponta uma questão prevista e que deve ser observada com cuidado nas pesquisas

que observam a comunicação especializada da área de Estudos de Gênero no Brasil: como indicam as pesquisas historiográficas sobre o seu desenvolvimento no país, esse campo teórico teve sua origem fortemente vinculada ao movimento feminista e, portanto, às questões das “mulheres”: nos anos 1980, “[...] a temática da **mulher** foi incluída em prestigiosos congressos e encontros de ciências sociais e aumentou o número de pesquisas, dissertações e teses com orientação feminista” (PISCITELLI, 2013, p. 381, grifo nosso). Costa (2004, p. 206, grifo nosso), também revisando as origens dos estudos no Brasil, destaca que:

A vitalidade da produção acadêmica sobre **mulher** era invejável; como atestavam inúmeros seminários, grupos de trabalho nas principais associações de pós-graduação (ANPOCS, Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, Associação Nacional de História) e o crescimento progressivo de núcleos de pesquisa nas universidades.

A categoria “mulher”, no entanto, foi constantemente discutida, criticada, questionada e reelaborada e, por isso, Grossi (2004, p. 218) já apontava, 16 anos atrás, a variedade temática no campo, que deixou de centrar-se apenas nessa categoria, expandindo-se e produzindo, além de “pesquisas sobre mulheres, pesquisas sobre homens, pesquisas que analisam as relações de gênero, pesquisas preocupadas com questões teóricas, pesquisas sobre o movimento feminista e de mulheres, etc.”. Apesar disso, “mulher” e “mulheres”, de acordo com essa primeira extração-teste, são as duas formas mais frequentes em um corpus de mais duas milhões de palavras, o que parece indicar uma ainda muito forte ligação das pesquisas da área com as questões que atravessam essa categoria em toda a sua, atualmente observada, diversidade.

Nesta análise preliminar, também se destaca o fato de que os itens “homem” e “homens” apareçam entre os mais frequentes do corpus, o que pode estar relacionado ao fato de que “mulher”/“mulheres” também o estejam: os Estudos de Gênero, como vimos, especialmente no Brasil, estão intimamente vinculados com o questionamento do movimento feminista em referência à opressão sistematicamente perpetrada por “homens”, em um sistema patriarcal, contra as “mulheres”.

Nesse sentido, também é importante apontar que “Brasil” é um termo presente nessa lista, o que parece indicar um forte enfoque da

produção dos artigos nas questões de gênero em contexto nacional, em seus sujeitos e em suas experiências. Nos últimos anos, por exemplo, vem tomando força o desenvolvimento dos feminismos transnacionais, cuja base reside em situar-se, marcando sempre de onde se fala, o que se analisa, para que não sejam produzidas generalizações que pretensamente deem conta da totalidade das experiências das mulheres. Há, nesse sentido, a possibilidade de que a perspectiva transnacional esteja produzindo efeitos nos discursos compilados no corpus e, portanto, na escolha terminológica de seus autores.

Dessa forma, embora o foco do presente artigo não seja a aprofundada extração/análise dos termos do corpus REF/PAGU, entende-se que esses resultados preliminares destacados no Quadro 2, e que ainda serão tratados também com o auxílio de outras ferramentas do AntConc, como Keywords, Clusters e Collocates, indicam importantes e interessantes perspectivas para a pesquisa.

3 Para quê?

O ano de 2020, provavelmente, ficará marcado na história da humanidade por uma série de motivos diferentes. A pandemia do novo coronavírus, por exemplo, vem produzindo efeitos catastróficos nas vidas e em diversos setores das sociedades ao redor do mundo inteiro. Embora, evidentemente, chame a atenção o número de vidas perdidas e a crise econômica que vem se alastrando aos poucos, outro problema, também de escala global e que é preciso destacar, refere-se ao aumento, nos mais diversos países, de violências sendo produzidas em função de questões de gênero e no contexto do isolamento como consequência da pandemia.

Exemplos disso são facilmente encontrados: de acordo com dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH), com apenas um mês de isolamento no Brasil, em abril de 2020, as denúncias de violência contra a mulher feitas pelo canal 180 já tinham subido 40% em relação ao ano anterior (ESTADÃO CONTEÚDO, 2020). Não à toa, temos visto, como resposta a esse aumento, surgirem diversas campanhas, produzidas tanto na esfera pública quanto na privada, para orientar a população e divulgar canais de denúncia para essas violências e de combate a esses abusos, físicos e emocionais.

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) também tem se mobilizado, estruturando parcerias para enfrentar as consequências

do que, segundo Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres e vice-secretária geral das Nações Unidas, é uma “pandemia invisível”: a violência contra mulheres e meninas, que, vem emergindo como efeito/consequência do coronavírus e é “um espelho e um desafio aos nossos valores, nossa resiliência e humanidade compartilhada” (MLAMBO-NGCUKA, 2020).

Ao mesmo tempo, outros sujeitos têm se visto afetados ainda mais no contexto pandêmico: segundo notícia da Agência Brasil (2020), “[...] no primeiro semestre deste ano, 89 pessoas transgênero foram assassinadas no Brasil, quantidade que supera em 39% a registrada no mesmo período de 2019”; segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), esses números apontam o quão vulneráveis estão esses sujeitos, mas:

[...] não refletem exatamente a realidade da violência transfóbica em nosso país, uma vez que [sua] metodologia de trabalho possui limitações de capturar apenas aquilo que de alguma maneira se torna visível. É provável que os números reais sejam bem superiores. Mesmo com essas limitações, os dados já demonstram que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculines e demais pessoas trans (BOND, 2020, documento).

Os Estudos de Gênero, portanto, veem-se diante, continuamente, de novas questões, novas demandas e diferentes sujeitos. A reflexão do campo é, assim, cada vez mais fundamental e desafiada a constantemente renovar-se e atualizar-se. Nesse sentido, são inevitáveis, também, impactos nas formas linguísticas/terminológicas por meio das quais essas reflexões se estruturam.

Mas de que forma os estudos linguísticos/terminológicos podem contribuir efetivamente para o debate dessas demandas? Recentemente, junto ao contexto da pandemia, vimos tomar força, nos Estados Unidos, o movimento Black Lives Matter (em português, literalmente, “vidas negras importam”), impulsionado por casos de violência despropositada perpetrados contra sujeitos negros. Além de inúmeras manifestações, protestos, discussões e ações políticas, o movimento produziu efeitos em outras esferas, e a da língua é uma delas. Em reportagem publicada em junho deste ano pelo jornal *The New York Times*, Hauser (2020)

apresentou uma importante mudança em andamento em um dos mais conhecidos e renomados dicionários da língua inglesa, o Merriam-Webster, incentivada pela reivindicação da uma usuária, Kennedy Mitchum, mulher de 22 anos recém-formada na Universidade Drake, no estado do Missouri. Mitchum escreveu aos editores da obra lexicográfica contestando as três acepções da entrada “racismo”, que, em sua opinião, contemplam apenas a ideia de que se trata de preconceito contra uma certa raça devido à cor da pele; sua demanda é por uma definição do item lexical que inclua a concepção de que o racismo é uma prática que combina esse preconceito com poder social e institucional, um sistema de vantagens baseado em cor de pele; portanto, que reflita o racismo sistêmico e estrutural que permeia a sociedade.

Os editores do dicionário admitiram que a entrada “racismo” não era revisada há décadas e que as revisões são produzidas, justamente, quando veem “[...] mudanças em larga escala ocorrendo na linguagem” (HAUSER, 2020, s.p., tradução nossa). Na troca de correspondência entre Mitchum e os editores do Merriam-Webster, a mulher questionou, inclusive, as fontes utilizadas por eles em termos de representatividade – elemento fundamental de qualquer corpus segundo os princípios da Linguística de Corpus, independentemente do objetivo da pesquisa.

Embora não se discuta esse tema com a devida frequência, os estudos linguísticos têm, efetivamente, impactos diretos no mundo, e vice-versa. Mitchum, em um de seus argumentos pela reivindicação da revisão da entrada, destaca ter observado muitas pessoas brancas defenderem seu ponto de vista “copiando e colando” as definições apresentadas nos dicionários, o que mostra a importância das reflexões e produções lexicográficas na sociedade. Os próprios editores admitem que palavras com conceitos mais abstratos, como racismo, são constantemente consultadas pelas pessoas em dicionários.

Ainda que esse seja o caso de um impacto de uma demanda social em um contexto não especializado, de língua geral, e de uma obra lexicográfica – o Merriam-Webster –, entendendo que as unidades terminológicas passam pelas mesmas regras de funcionamento que as unidades lexicais que compõem obras lexicográficas, a correlação desse caso com esta pesquisa é justificada e coerente: considera-se que áreas que se baseiam em demandas sociais, como os Estudos de Gênero, sejam objeto de estudo linguístico/terminológico, que podem contribuir para a sistematização de unidades que, como “racismo”, têm impacto importante

nas reflexões sobre questões da área, seja em contextos especializados ou não. Assim, seguindo os princípios da TCT, não é possível ignorar que os termos, assim como as unidades lexicais, estão inerentemente permeados por características gramaticais e pragmáticas, que devem ser consideradas, observadas e descritas em qualquer análise terminológica.

Nesse sentido, entendem-se como essenciais as pesquisas que se debruçam sobre a comunicação de teóricos, pensadores, pesquisadores e especialistas da área para a observação da representação e da transmissão de um conhecimento que constantemente se atualiza em função das demandas sociais. Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo colaborar para este esforço: chamar a atenção de campos como o da Linguística de Corpus – com sua abordagem funcionalista da linguagem, fornecendo subsídios teóricos e aplicados para análise – e o da Terminologia – em uma perspectiva comunicativa, que não entende os termos como unidades fixas e preestabelecidas, mas como elementos das línguas que, de acordo com o contexto em que são utilizadas, adquirem caráter especializado – para a área de Estudos de Gênero, apresentando-a a partir da observação da produção e transmissão do conhecimento que produz em forma de corpus.

Para isso, neste artigo, foi apresentado um recorte que constitui uma etapa fundamental: a compilação, a descrição e a justificativa de um corpus representativo da comunicação da área e que cumpre um papel fundamental e simbiótico com a mesma no Brasil, as publicações REF e *Cadernos Pagu*. Com isso, mostrou-se um corpus que tem origem em fontes bem estruturadas e confiáveis para extração terminológica e que, além de servir à presente pesquisa, pode configurar-se como objeto de estudo para futuras investigações, essenciais para a estruturação, para a revisão e para a atualização da língua portuguesa e de sua utilização no campo especializado de Estudos de Gênero. Embora esta pesquisa ainda esteja em vias de realização e espere-se que muitos outros resultados importantes terminológicos sejam alcançados, entende-se que a fase apresentada aqui, de compilação de corpus, é a base para quaisquer futuros achados.

O “[...] ativismo não muda o dicionário, [...] o ativismo muda a língua” (HAUSER, 2020, tradução nossa); portanto, é necessário, para as mais diferentes sociedades, que os estudos que observam as línguas, em contextos gerais ou especializados, estejam atentos aos efeitos que movimentos sociais, como os vinculados às questões de gênero e suas interfaces, vêm produzindo constantemente.

Referências

- BERBER SARDINHA, T. *Linguística de corpus: histórico e problemática*. DELTA, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502000000200005>
- BOND, L. Pesquisa mostra aumento da violência contra pessoas trans no Brasil. *Agência Brasil*, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/pesquisa-mostra-aumento-da-violencia-contra-pessoas-trans-no-brasil>. Acesso em: 5 set. 2020.
- BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203499627>
- CABRÉ, M. T. *La terminología*. Representación y comunicación. Una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.
- CABRÉ, M. T. Sumario de principios que configuran la nueva propuesta teórica y consecuencias metodológicas. In: CABRÉ, M. T.; FELIU, J. (org.). *La terminología científicotécnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semântica: Informe DGES PB-96-0293*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2001. p. 17-25.
- CADERNOS PAGU. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu>. Acesso em: 5 set. 2020.
- COSTA, A. de O. *Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12 n. especial, p. 211-221, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300022>
- COSTA, C. de L. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. *Fragmentos*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 45-59, 2010.
- DINIZ, D.; FOLTRAN, P. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da *Revista Estudos Feministas*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 245-253, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300026>

ESTADÃO CONTEÚDO. Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. *IstoÉ/Dinheiro*, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contr-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

EVERS, A.; FINATTO, M. J. B. Linguística de Corpus, Léxico-Estatística Textual e Processamento de Linguagem Natural: perspectiva para estudos de vocabulário em produções textuais. *Revista GTLex*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 271-295, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex2-v1n2a2016-3>

FACCHINI, R. *Cadernos Pagu*: desafios, nossas respostas e novidades. *Blog SciELO em Perspectiva: Humanas*, [S.l.], 30 jun. 2017. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2017/06/30/cadernos-pagu-desafios-nossas-respostas-e-novidades/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

FINATTO, M. J. B. Terminologia e Lingüística de Corpus: da perspectiva enunciativa aos novos enfoques do texto técnico-científico. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, dezembro, p. 97-106, 2004.

GROSSI, M. P. A *Revista Estudos Feministas* faz 10 anos – uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, Número Especial, p. 211-221, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300023>

HAUSER, C. Merriam-Webster Revises ‘Racism’ Entry After Missouri Woman Asks for Changes. *The New York Times*, New York, s. p., 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/10/us/merriam-webster-racism-definition.html>. Acesso em: 5 set. 2020.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. p. 183-222.

IBGE. Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 6 set. 2020.

KOESTER, A. Building Small Specialised Corpora. In: O’KEEFFE, A.; MCCARTHY, M. (ed.). *The Routledge Handbook of Corpus Linguistics*. New York: Routledge, 2010. p. 66-79.

MALUF, S. W. As edições eletrônicas da REF (e a democratização do acesso à produção acadêmica e científica). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 123-127, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100012>

MINELLA, L. S. A contribuição da *Revista Estudos Feministas* para o debate sobre gênero e feminismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, número especial, p. 223-234, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300024>

MLAMBO-NGCUKA P. Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. *ONU Mulheres*, 7 abr. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

MOREL, J.; RODRÍGUEZ, C. Consecuencias metodológicas de la propuesta teórica. In: CABRÉ, M. T.; FELIU, J. (org.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Informe DGES PB-96-0293. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2001. p. 37-53.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

PISCITELLI, A. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 377-405, 2013.

PISCITELLI, A., BELELI, I., LOPES, M. M. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 242-246, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100015>

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Políticas Editoriais. [s.d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 5 set. 2020.

SILVA, S. V. da. Os estudos de Gênero no Brasil: Algumas Considerações. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 262, p. 1-13, 2000.

TAGNIN, S. E. O. *O jeito que a gente diz: combinações consagradas em inglês e português*. Barueri: Disal, 2013.

TAGNIN, S. E. O. A Linguística de Corpus na e para a Tradução. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. (org.). *Corpora na Tradução*. São Paulo: HUB, 2015a. p. 19-56.

TAGNIN, S. E. O. Corpus-Driven Glossaries in Translator Training Courses. *Oslo Studies in Language*, Oslo, v. 7, n. 1, p. 359-377, 2015b. DOI: <https://doi.org/10.5617/osla.1447>

WAQUIL, M. L. *Traduzindo “Traducción y Traductología”*: problemas terminológicos de tradução. 2017. 288 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.